

por um jornal de grande circulação fora de São Paulo era imperdível, acrescida de um pró-labore tentador.

A questão do parentesco com o futurismo que os adversários gostavam de ressaltar, em vez de apontar alguma proposta original, ou mesmo uma releitura crítica, já atiçava os ânimos durante os debates da Semana de 22. Muitos artigos de divulgação do evento saídos na imprensa paulista marcavam veementemente a diferença entre os dois movimentos. Associar o Modernismo às peripécias de Marinetti, apesar de não ser nenhuma novidade ainda foi a melhor estratégia encontrada pelos "passadistas" para irritar os "novos" e desmerecer as suas preceções. Homero Senna lembra que a nota de Viriato Correia, anunciando no jornal carioca "O mês modernista que ia ser futurista", e o título de sua entrevista com Mário, "Assim falou o Papa do Futurismo", incomodaram Drummond que aconselhou o amigo paulista a desfazer-se do compromisso. Na entrevista de abertura o autor de *Paulicéia* explica sua posição em relação à vanguarda italiana e reivindica a oportunidade de contribuir para o contexto internacional mantendo-se autêntico e diferente.

Como mostra o organizador, as colaborações tanto em poesia como em prosa revestem-se de importância especial pelo ineditismo de algumas delas e pelo fato da maioria apresentar diferenças em relação à versão estampada em livro. Escolhidas para representar a produção inovadora do momento, trazem na linguagem e no estilo as peculiaridades e alguns cacoetes de escola, sem contudo deixarem de ser obras de valor estético considerável. Some-se a isto o fato de pertencer a este conjunto as duas críticas citadas ao livro de Oswald, que por sua vez constituem um pequeno perfil dos problemas teóricos e estéticos em pauta na época.

Maria Eugenia Boaventura  
Professora do IEL/UNICAMP.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994. 300p.

A historiografia colonial brasileira tem contemplado algumas das regiões, que tiveram maior destaque econômico e geo-político durante o período do domínio português, de maneira bastante profunda, uniforme e cientificamente correta. Assim é o caso das Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, de Pernambuco e mesmo da Bahia. Outras regiões, entretanto, como São Paulo e talvez a Amazônia, não obstante importantes exceções, foram alvo de equivocados estudos que, por comprometidos com ideologias, modismos e enfoques próprios das diferentes épocas de sua produção, foram bastante danosos à compreensão e ao entendimento dos diferentes fenômenos, acontecimentos, comportamentos e atitudes que marcaram a História do Brasil desde o século XVI ao século XIX.

O necessário e utilíssimo revisionismo na história de São Paulo colonial vem se impondo, sobretudo a partir dos anos 60 - e por forte influência das nossas universidades estaduais - trazendo indagações e, o que é fundamental, respostas esclarecedoras. Com isso, torna-se possível vislumbrar um quadro, onde se coloca nos devidos lugares e nas devidas proporções, a dimensão jesuítica, a dimensão indígena, a dimensão mercantilista, a dimensão militarista e outras mais. Entre elas, toda uma esperada renovação que se faz sobre a dimensão do papel e lugar do "sertanista" - se se quiser fugir do estigma e das distorções do que seja o "bandeirante" - entendendo-o em suas relações com o meio ambiente, com os autóctones, com seus pares e com as autoridades constituídas.

Para tanto, a despeito das importantes pesquisas e interpretações trazidas à luz pelos historiadores paulistas tradicionais, entre as décadas de 20 e de 50, eivadas, quase sempre, da louvação ao "sangue intemorato e às nobilíssimas tradições", era preciso que se voltasse às mesmas e a outras fontes, com instrumental teórico e metodológico próprios de uma nova concepção de historiografia. Neste sentido, tem-se desenvolvido ultimamente o trabalho de alguns jovens historiadores interessados na história de São Paulo, entre eles, o luso-americano, mas já tão paulista, ex-professor da UNESP, atual professor da UNICAMP, John Manuel Monteiro.

Originado em sua tese de doutorado, defendida na Universidade de Chicago em 1985, este *Negros da terra* apresenta o evidente mérito de resultar de exaustivas pesquisas em bibliotecas e arquivos italianos, portugueses e brasileiros, estes em vários estados e cidades. A bibliografia, ademais dos documentos impressos e dos relatos coevos, é significativamente completa quanto a livros, artigos e teses, abrangendo importantes publicações de "brazilianistas", material, em geral, pouco divulgado entre nós. Desenhos aquarelados e gravuras dos acervos do Arquivo Histórico do Itamaraty, do Arquivo do Estado de São Paulo e do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, mostram, em impecáveis reproduções, tipos, paisagens e cenas coloniais brasileiras.

Tentando reavaliar as relações luso-indígenas nos séculos XVI e XVII em São Paulo, dentro de um complexo intermitente de colaboração e resistência, o autor, com esta sua pesquisa definitiva, resgata o índio brasileiro do tratamento efêmero e secundário que lhe tem sido dispensado por historiadores que se dedicaram ao período colonial.

Ao enfocar as origens, desenvolvimento e declínio da escravidão indígena na ampla área, até então, vicentina, John Monteiro acaba por pesquisar e analisar exaustivamente três questões essenciais da História do Brasil em seus primeiros séculos: 1. o papel do índio na economia e na sociedade coloniais; 2. a pujança do mito do bandeirante; 3. a importância das economias não exportadoras.

Na busca do entendimento das relações entre portugueses e indígenas, o autor inova ao tentar, antes de mais nada, estudar a relevância do fenômeno béli-

co entre os autóctones. Guerra, sacrifício de vidas humanas, cativo, fazem parte da estrutura e funcionamento da vida tribal. O reflexo disso nos contactos com os europeus mostra-se, claramente, na política de alianças e de combates esporádicos e alternados, meticulosamente manipulada por reinóis e jesuítas.

Tem sido ignorada pela historiografia a dinâmica interna das sociedades tupi para explicar aquelas relações, isto é, “o processo de fragmentação e reconstituição dos grupos locais, os papéis de liderança desempenhados pelos chefes e xamós e, finalmente, a importância fundamental do complexo guerreiro na afirmação da identidade histórica destes grupos” (p.19).

Ao posicionar-se na perspectiva indígena para explicar a complexidade do papel do índio na sociedade colonial paulista, John Monteiro ilumina não só a própria argumentação, como possibilita uma nova compreensão dos levantamentos e estudos anteriormente publicados. Ressalte-se que a função social da guerra entre os aborígenes não era desconhecida dos pesquisadores: ninguém ignora a magnífica contribuição de Florestan Fernandes, entre outros. O que, na realidade, a historiografia escassamente abordava era o seu peso considerável no confronto com os portugueses e, de certo modo, na formatação da vida colonial em geral. A própria demasiada generalização que, desde o princípio, fizeram os portugueses, considerando apenas duas grandes categorias de autóctones - tupi e tapuia - traçando-lhes perfis superficiais e apressados, contribuiu para muitos dos equívocos que marcaram os primeiros tempos da América portuguesa.

Abordando, no primeiro capítulo, as transformações de São Paulo indígena do século XVI, o autor não ignora a forte atuação dos jesuítas. Todo o impacto destrutivo do projeto jesuítico, no que toca às identidades indígenas, é detalhadamente estudado à luz de expressivos testemunhos documentais, grande parte deles consultados nos Arquivos Secretos do Vaticano.

O evidente fracasso da política dos aldeamentos face aos objetivos religiosos, econômicos e políticos, assim como a resistência dos inácianos ao uso da mão-de-obra indígena em empreendimentos agrícolas, provocaram uma nova configuração nas relações entre colonos, índios, jesuítas e autoridades metropolitanas. Esta questão perpassa por todos os capítulos que se seguem. “Os colonos souberam explorar conflitos de autoridade existentes na própria estrutura administrativa da Colônia, manifestos, de um lado, entre a burocracia da Coroa e os privilégios dos donatários e, por outro, entre a autoridade régia e a autonomia municipal” (p.132).

De um lado, o sertanismo, como característica do paulista que se lança para o sertão, em “busca do remédio para a pobreza”; de outro, a agricultura, encetada pelo paulista que abre caminho para um possível “celeiro do Brasil”, contando com o trigo, o milho, a mandioca e o açúcar. Em ambos os casos, agitavam-se as questões internas relativas à apropriação do índio.

Na realidade, relativamente ao sertanismo, as “expedições de apresamento oriundas de São Paulo pouco tinham a ver com a expansão territorial. Muito pelo contrário: ao invés de contribuírem diretamente para a ocupação do interior pelo colonizador, as incursões paulistas, bem como as tropas de resgate da região amazônica e os ‘descimentos’ dos missionários em ambas as regiões - concorreram antes para a devastação de inúmeros povos nativos” (p.7). Assim, o mito do bandeirante-herói em prol da causa da expansão portuguesa na América vai, felizmente, cedendo terreno para uma interpretação mais realista, fiel, científica e verdadeira sobre o elemento motor das expedições para o sertão.

Quanto à agricultura, “na tentativa de transformar índios do sertão em trabalhadores coloniais, os colonos de São Paulo esbarraram numa série de obstáculos que dificultaram a formação de uma sociedade escravista claramente constituída” (p.115).

Com isso, como discute o autor amplamente no sétimo e último capítulo - Os anos finais da escravidão indígena - abriu-se a transição para a substituição definitiva do trabalho dos índios pelo dos escravos negros. “A expansão da escravidão africana em São Paulo nos anos iniciais do século XVIII refletia mudanças importantes na organização econômica do planalto, as quais estavam intrinsecamente ligadas à emergente economia mineira das Gerais” (p.221). As grandes fazendas começaram a atender ao crescente mercado mineiro. Já não havia interesse na utilização dos índios na lavoura, nem mais nas atividades de transporte de mercadorias para as Minas. Estava, portanto, completamente ultrapassada a questão da escravidão indígena no Planalto de Piratininga.

Este primoroso estudo, planejado, realizado e montado dentro do maior rigor acadêmico, credencia John Monteiro, autor de inúmeros trabalhos sobre o Brasil colonial e, inclusive, de uma completa bibliografia sobre o tema, a novas e amplas incursões na história brasileira dos séculos XVI ao XIX, cuja historiografia é ainda escassa, lacunosa, obscura e, mesmo, distorcida quanto a importantes e decisivos aspectos.

*Heloísa Liberalli Bellotto*  
Professora da Área de História do IEB/USP.

SCARANO, Julita. *Cotidiano e Solidariedade: vida diária da gente de cor nas Minas Gerais - Século XVIII*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

“Este trabalho - essencialmente baseado em fontes primárias, ou seja, Leis, Ordens Régias e outros documentos de autoridades locais ou lisboetas, cartas, pedidos, resoluções e respostas, livros de irmandades religiosas, devassas, maços de população, róis de escravos e de pagamentos, entre outros, quase todos manuscritos, conservados em arquivos brasileiros e portugueses, trata de vários aspectos do cotidiano.